



ARTIGO

## VASCO FERNANDES COUTINHO: GOVERNANÇA E PACTUALIDADE POLÍTICA NOS QUINHENTOS

*Jefferson Ferreira Alvarenga*

*Possui graduação em Ciências Sociais-Bacharelado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006), graduação em Ciências Sociais - Licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Atualmente é doutorando em História Social das Relações Políticas (2020), técnico pedagógico - Secretaria de Estado da Educação, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e do Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente (LABTEMPO - UFES).*

## Resumo

*Este artigo se propõe a entender a dinâmica política estabelecida nos primeiros anos do processo de conquista entre o primeiro donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, e os grupos locais. Para isso, partimos dos conceitos de monarquia corporativa e pluricontinental concebidos pelos estudiosos Antônio Manuel Hespanha, João Fragoso e Nuno Gonçalves Monteiro. É preciso esclarecer que este estudo visa, a partir de uma investigação de natureza bibliográfica, trazer novos elementos para o entendimento do objeto-problema. Para tanto, utilizaremos novos trabalhos desenvolvidos pela historiografia regional, que serão lidos a partir dos conceitos considerados.*

*Palavras-chaves: Monarquia pluricontinental; Pactualidade Política; Capitania do Espírito Santo.*

## Abstract

*This article aims at understanding the political dynamics established in the early years of the conquest process between the first grantee of the captaincy of Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, and local groups. For this, we start from the concepts of corporate and pluricontinental monarchy conceived by scholars Antônio Manuel Hespanha, João Fragoso and Nuno Gonçalves Monteiro. It is necessary to clarify that this study aims, from an investigation of a bibliographical nature, to bring new elements to the understanding of the object-problem. To do so, we will use new researches developed by regional historiography, which will be read from the considered concepts.*

*Keywords: Pluricontinental monarchy. Political Agreement. Captaincy of Espirito Santo.*

## Introdução

O estudioso Antônio Manuel Hespanha trouxe em seus trabalhos alguns questionamentos em relação ao antigo regime em Portugal. Para ele, o conceito de Estado absoluto perdeu a sua centralidade, revelando outra dinâmica política na sociedade portuguesa. Em “Às vésperas do Leviathan”, Hespanha expôs a fragilidade do Império Português e a existência de uma disputa entre os poderes central e periféricos. Conforme o autor, houve diversas instituições presentes nas repúblicas do atlântico sul que gozavam de certa autonomia.

A partir daquela obra, Hespanha (2010) passou a compreender e conceituar a monarquia portuguesa como um reino corporativo (HESPANHA, 2010, p.166). Segundo ele, a monarquia corporativa é caracterizada como:

- a. Poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia;
- b. O direito legislativo da coroa era limitado e

enquadrado pela doutrina jurídica e pelos usos das práticas jurídicos locais;

c. Os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia e gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em rede de amigos e de clientes;

d. Os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real (HESPANHA, 2010, p.166-167).

Nas áreas periféricas do Império Português, o direito era bastante diferenciado, pois em alguns casos os indivíduos nascidos de pais portugueses gozavam das mesmas benesses que seu genitor. De outro lado, os nativos libertos que seguiam o direito português se tornavam aliados dos conquistadores.

Todavia, essa liberdade usufruída por alguns nativos era muito instável, já que os colonos usavam qualquer pretexto para reduzi-los à escravidão, por meio da “guerra justa” (HESPANHA, 2010, p.167).

Quando a guerra era inevitável, o destino dos vencidos dependia apenas dos vencedores, que, pela lei da guerra justa, poderiam matar seus adversários, escravizá-los ou torná-los vassallos ao reino português. Por causa disso, algumas religiões eram frequentemente toleradas pelo império, enquanto outras, a exemplo do islamismo, eram combatidas. Além disso, as instituições políticas nativas eram preservadas como instâncias de mediação com o governo português. Em alguns casos, o reino enviava capitães de aldeias para governar algumas tribos indígenas, visto que os portugueses diziam que tais tribos não tinham capacidade para se autogovernar (HESPANHA, 2010, p.171).

Portanto, entendemos que a heterogeneidade do estatuto político português criou uma pluralidade de laços sociopolíticos entre os nativos e os portugueses, estes, por exemplo, não podiam ultrapassar as autoridades nativas reconhecidas por tratados (HESPANHA, 2010, p.172).

Em geral, os portugueses obedeciam ao direito costumeiro, bem como as ordenações políticas; no entanto, eles governavam os nativos através do próprio direito autóctone, isto quer dizer que se formava um modelo de governança autônoma.

Os governadores-gerais e capitães donatários resolviam as disputas nas terras coloniais, por meio do pacto político estabelecido com os diversos grupos sociais presentes na América portuguesa. Assim, ao governador cabia a prerrogativa de conceder tenças de mil cruzados, além do exercício da graça real, num leque muito vasto de situações, conceber o poder de mercês e as sesmarias (HESPANHA, 2010, p.176). No Brasil, os donatários e posteriormente os governadores das capitanias, em algumas situações, tinham uma certa autonomia em relação às decisões locais. Por exemplo, eles poderiam nomear os condenados ao degredo para cargos de prestígio nas novas terras.

As disputas entre o poder central e o periférico ocorriam em várias instâncias, por exemplo, a nobreza da terra que conservava o controle político municipal geralmente mantinha uma relação conflituosa com os donatários. Com o objetivo de sanar esse problema, em 1549 os governadores-gerais retiveram o controle administrativo da América portuguesa, centralizando algumas decisões políticas e impondo-as aos capitães donatários.

É preciso esclarecer que o império fornecia aos súditos privilégios por serviços prestados à Coroa, sendo essas vantagens de caráter remuneratório. Em certos casos, essas regalias eram herdadas de pai para filho ou outros descendentes. Desse modo, a propriedade do súdito era somente sua, não podendo o príncipe dispô-la, já que, do ponto de vista jurídico, entendia-se que o príncipe apenas tinha o poder sobre as coisas que integravam o reino.

A paz e a guerra eram regidas apenas pelo poder real, numa monarquia corporativa o direito de punir era uma forma de manter a disciplina entre os súditos. Dessa forma, não podemos esquecer que o poder periférico do império ultramarino poderia fazer uma pressão sobre as cortes centrais. Embora houvesse um contratualismo entre os poderes periféricos e o poder central, essas instâncias poderiam disputar o campo político entre si.

É inegável que, a partir dessas relações políticas constituídas no Império Português, formou-se na América uma espécie de nobreza da terra, conforme mostrou o historiador João Fragoso no capítulo um do livro “O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)”. Essa nobreza foi responsável por assegurar a economia imperial, da qual toda a sociedade do antigo regime dependia. O mesmo pesquisador demonstra que as primeiras famílias coloniais da capitania de São Vicente estavam à frente das diferentes atividades econômicas, por exemplo, o apresamento de índios e o comércio.

Os assentos das cadeiras na Câmara Municipal eram ocupados por essas mesmas famílias. Portanto, Fragoso (2010) ressalta um importante concei-

to nas relações ocorridas no Império Português: a economia do bem comum<sup>1</sup>, que era um conjunto de mecanismos econômicos em diferentes partes do império ultramarino. Deste ponto de vista, essa economia tem como pano de fundo a estratificação social e preconiza que a possibilidade de mover-se socialmente decorria da prestação de serviços à Coroa portuguesa. Além do mais, a economia do bem comum se baseava numa rede de reciprocidades, isto é, numa rede de alianças com seus dons e contradons (FRAGOSO, 2010, p.50).

A nobreza da terra, de acordo com Fragoso (2010), denominava-se como descendente dos primeiros conquistadores, exercendo os postos de mando na República e realizando casamentos entre famílias iguais, com a finalidade de exaltar a sua descendência; destarte, formava verdadeiros “bandos” para atender seus interesses particulares.

As relações sociopolíticas no império ultramarino eram diversas, assim, a guerra justa era a oportunidade de se estabelecer amizades com alguns grupos indígenas e de escravizar outros (FRAGOSO, 2010, p. 59). De certo modo, estabelecer vínculos de amizade com tais grupos significava constituir relações de reciprocidades e concretizar a legitimidade da nobreza da terra. Também essa nobreza, por questões econômicas, frequentemente tolerava a presença de cristãos-novos, claro, sempre dentro de certos limites.

Outro texto de João Fragoso é fundamental para entendimento das relações entre o império e os territórios ultramarinos. Em sua obra em parceria com

Nuno Gonçalo Monteiro, intitulada “*Um reino e suas repúblicas no atlântico: Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*”, Fragoso adota o conceito de monarquia pluricontinental, corporativa e polissinodal das relações políticas entre a administração ultramarina e a sociedade. Essa monarquia se baseava numa constelação de poderes concorrentes, e, na economia de mercês, criava elos de reciprocidade entre os membros (FRAGOSO, 2017, p. 49).

Neste tipo de monarquia, o rei é a cabeça do corpo social, no qual a economia periférica se torna central para o sustento de todo império. Não há dúvidas que nos territórios ultramarinos prevaleceu o poder local da administração régia através das negociações, pactos políticos entre as elites locais e a administração central. Deste modo, Fragoso (2017) esclarece que havia certa autonomia em relação ao poder real; dito de outro modo, os territórios ultramarinos estabeleciam um autogoverno, um modelo de administração capaz de resolver seus próprios problemas. Em geral, as comunidades eram governadas pelos homens mais capazes da região, conforme os costumes locais (FRAGOSO, 2017, p. 59); todavia, a pluralidade da monarquia lusa permitiu lidar com diferentes realidades, possibilitando que mulatos e pardos se tornassem homens bons. Por outro lado, a disciplina social difundida pelo catolicismo possibilitou a subordinação das autoridades ultramarinas ao rei, logo essa conjuntura permitiu o autogoverno nos municípios ultramares (FRAGOSO, 2017, p. 66).

Não podemos esquecer que houve uma intensa rede de sociabilidade constituída entre a nobreza da terra e os reinóis portugueses, por meio de alianças familiares. Dessa forma, o poder dos familiares na periferia também estava próximo ao poder central (FRAGOSO, 2017, p. 66).

<sup>1</sup> Antes, durante e depois de tais concessões concedidas, o rei, também no interesse do bem comum, concedeu mercês a pessoas – ou a seus descendentes – que incidiram sobre a vida social no reino e no ultramar. Quando a sua Majestade nomeava um provedor da fazenda ou um capitão de infantaria, estava assegurando o comércio e a defesa militar dos seus súditos nas “conquistas” e, por conseguinte, garantido o bem estar de seus vassallos na República. No entanto, o conceito de economia de bem comum só fica completo quando consideramos que também encerrava uma forma particular de apropriação de excedente social. Os bens e serviços da República eram concedidos pelo Senado e/ou pelo rei a apenas a alguns eleitos, e tal privilégio era exercido na condição de monopólio ou de semimonopólio (FRAGOSO, 2010, p. 48).

## 1. Vasco Fernandes Coutinho: um fidalgo a serviço do rei

Em 1º de junho de 1534, D. João III teria expedido a carta de doação da capitania hereditária ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, com a dimensão territorial descrita abaixo:

[...] cinquenta léguas de terra se começarão na parte onde acabarem as cinquenta léguas de que tenho feito mercê a Pero do Campo Tourinho e correrão para banda do sul tanto quanto couber nas ditas cinquenta léguas entrando nesta capitania quaisquer ilhas que houver até dez léguas ao mar na frontaria e demarcação destas cinquenta léguas... as quais... se entrarão e serão de largo ao longo da costa e entrarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro tanto quanto puderem entrar, e for de minha conquista (OLIVEIRA, 2008, p. 23 e 24).

De acordo com os estudos genealógicos do historiador Paulo Stuck Moraes, Vasco Fernandes Coutinho<sup>2</sup> era filho de Jorge de Melo, o Laje, Alcaide-mor de Serpa, no Baixo Alentejo, fronteira com a Espanha, região de antigo domínio mouro. Casado com Branca Coutinho, ambos pertenciam às famílias fidalgas portuguesas. Seus irmãos foram Martim Afonso de Melo Coutinho, Diogo de Melo Coutinho e Manoel de Melo (SIMONATO, 2017, p.125).

Conforme a historiadora Maria José dos Santos Cunha (2015), Vasco Fernandes Coutinho era um fidalgo da Casa Real com carreira militar no Oriente e em Marrocos. Estreado oficialmente nas lides bélicas com a tomada da cidade de Goa em 1510, ele teria entre 14 ou 16 anos nesta época. Posteriormente, prosseguiu para a conquista de Malaca, em

<sup>2</sup> O fidalgo Vasco Fernandes Coutinho era legitimamente casado em Portugal antes de deslocar-se à capitania do Espírito Santo para ocupar e povoar o território, embora mantivesse relações extraconjugais, tendo, inclusive, desposado uma negra (índia escrava). Além disso, outros relatos da historiografia contam que o donatário era mais propenso à indulgência do que à disciplina (SIMONATO, 2007, p.127).

1511, integrado na armada comandada por Afonso de Albuquerque, distinguindo-se por ato de bravura ao enfrentar o elefante sobre o qual se encontrava o rei, quando a maioria dos companheiros de armas, assustados, recuaram para proteger-se, o que contribuiu para a vitória portuguesa.

Durante dois anos, Vasco Fernandes Coutinho permaneceu na Malásia como capitão do navio bretão, com o propósito de firmar e estabilizar a presença lusitana. Em 1513, o súdito do rei retorna à Índia, onde por mais sete anos serviu na esquadra do mar como capitão de navio, tendo uma vez sido nomeado para a alcaidaria-mor da fortaleza de Ormuz, cargo a que renunciaria no ano seguinte. Até 1520, Coutinho era, portanto, ativo no esforço de afirmar e impor a presença portuguesa nos centros de abastecimento e comercialização das especiarias e outros produtos orientais controlados até então pelos mercadores muçulmanos, na maioria árabes, que colocavam as mercadorias através do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho nas mãos dos comerciantes cristãos, que negociavam no Mediterrâneo Oriental, em especial os venezianos, que as redistribuíam pela Europa.

Neste cenário, Coutinho foi uma das peças que o rei D. Manuel I fez deslocar e o manteve localmente para conseguir o domínio sobre o Índico, o que tornou o Império Português a primeira potência ocidental da época moderna a tentar a dominação na Ásia contra a aliança formada pelo Império Otomano, Muçulmanos, Árabes, República de Veneza e Estados Hindus. As suas experiências ultramarinas parecem ter sido interrompidas por altura daquela data, mas foram retomadas em 1521, quando junto aos seus dois irmãos, Martim Afonso de Melo Coutinho, capitão-mor da armada, e Diogo de Melo Coutinho, seguiram de Lisboa com destino à Malásia e aos mares da China. Estava Coutinho mandatado por D. Manuel com a capitania-mor desta rota no mar da China, uma vez que o rei possuía muito interesse na intervenção do lucrativo comércio que escoava de Sumatra, em especial a pimenta. Apesar do fato de as capitâncias de mar serem menos prestigiadas do

que as de terra, ainda assim, Coutinho tinha a possibilidade de negociar por conta própria e incrementar, por este modo, os seus proventos. Pouco tempo esteve no extremo oriente, porque, em 1526, já prestava serviço em Marrocos<sup>3</sup> (CUNHA, 2015, p. 57-58).

Seus méritos militares e serviços prestados ao Império Português lhe valeram a doação de uma capitania, propriedades e certa riqueza. Por contraste, ao aceitar a doação do rei, Coutinho vendeu suas propriedades como uma quinta (pequena propriedade rural) e contraiu empréstimos. Ele tinha “[...] uma idade madura, e cujas energias e as forças estavam semi-gastas [sic] pelo trabalho militar” (OLIVEIRA, 2008, p. 28). Inegavelmente, alguns fidalgos que se tornaram donatários de capitânicas eram membros da pequena nobreza e utilizaram seu patrimônio familiar a fim de efetivarem a conquista (SIMONATO, 2007, p. 49-51).

De acordo com Cunha (2015), Vasco Coutinho teria cerca de 40 anos quando assumiu a capitania do Espírito Santo. Logo, tratava-se de um homem que possuía capacidades de liderança operacional desenvolvidas em cenários bélicos asiáticos e marroquinos (CUNHA, 2015, p.60).

## 2. A capitania do Espírito Santo e o pactismo político

Junto com o donatário, supostamente vieram cerca de 60 pessoas, incluindo dois fidalgos de elevada nobreza: D. Jorge de Menezes<sup>4</sup>, a quem é atribuída a descoberta das terras de Nova Guiné, em 1526, e D. Simão de Castelo Branco. Ambos foram degredados por crimes cometidos contra a Coroa.

A historiografia tradicional capixaba registra que a chegada dos portugueses teria ocorrido em 23 de maio de 1535, embora não haja nenhum documento comprobatório, é sabido que a chegada tenha realmente se dado no ano citado<sup>5</sup>. O donatário fez algumas concessões de sesmarias, como a Ilha do Boi e a Ilha do Frade, a primeira teria sido doada a Jorge de Menezes e a segunda a Valentim Nunes, ambos trataram de construir alguns engenhos.

Ademais, como afirma Maria Stella de Novaes (SD):

[...] Uma povoação, em ponto assim colocado, exigia previsões contra inimigos internos e externos; de um lado, o índio, de outro, o pirata; junto ao Donatário, os indesejáveis, que pátria a degredara. Por isso, de par com as iniciativas concernentes à lavoura e à indústria, cuidou Vasco Fernandes Coutinho de construir um forte, em Piratininga, e armar um pelourinho e a força, na pequena ilha da enseada, ilha cujo triste apelativo a distingue, até hoje, - Ilha da Forca. Posteriormente, o forte, reconstruído e ampliado, recebeu o nome de São Francisco Xavier, em homenagem ao apóstolo da Índia, morto em 1553 (NOVAES, SD, p.18).

4 D. Jorge de Menezes, antigo governador de Ternate, ilha no norte das Molucas – Indonésia –, degredado para o Brasil por haver promovido a morte dos chefes locais e o de Valentim Nunes a quem o donatário concedeu a fruição da actual [sic] ilha do Frade, na baía de Vitória (CUNHA, 2015, p. 100).

5 Trata-se de um alvará assinado por Vasco Fernandes Coutinho, por meio do qual o donatário fez doação a Duarte de Lemos da “ilha Grande que está da barra para dentro que se chama de Santo Antônio”, datado de 15 de julho de 1537 (SANTOS, 2014, p.12).

Segundo os estudiosos, Jorge de Menezes teria governado a capitania do Espírito Santo durante os sete anos de ausência de Vasco Fernandes Coutinho, entre os anos de 1540 e 1547. Sua administração foi turbulenta devido aos desentendimentos com os poderes locais diante de sua índole duvidosa e violenta (ALMEIDA, 2019, p. 60), de modo que um dos principais problemas da administração de Menezes parece ter sido sua inabilidade no trato com os índios, o que resultou na sua morte pelos nativos e provocou uma guerra contra os autóctones na capitania. Outrossim, o sucessor de Menezes, o fidalgo Simão de Castelo Branco, também foi morto a flechadas quando estava à frente da administração da capitania (ALMEIDA, 2019, p. 61).

De acordo com a historiografia regional, parece que o fidalgo Duarte de Lemos chegou em 1536 e teria recebido do primeiro donatário a sesmaria da Ilha de Santo Antônio, onde, com os colonos que o acompanhavam, erigiu um engenho (SIMONATO, 2007, p. 52). Ele era fidalgo da casa real, que na Ásia fez grandes feitos, e acompanhou Vasco Fernandes Coutinho ao Brasil. Para Maria Stella de Novaes, Duarte de Lemos recebeu a sesmaria, porque “[...] muito auxiliou o donatário, quer na luta contra os indígenas e os aventureiros, quer no trabalho intenso da organização da Vila incipiente” (NOVAES, SD, p. 19).

No entanto, a aliança com o donatário foi desfeita, porque estando este em Lisboa com o propósito de registrar a doação da sesmaria a Lemos, limitou-o a autonomia dos poderes dados, submetendo-o a sua jurisdição, especialmente concernente à retirada do direito de constituir ou fundar vilas, prerrogativa atribuída somente aos capitães-donatários e governadores (SANTOS, 2014, p. 23); (ALMEIDA, 2019, p. 69). Essa situação implicou discordância e inimizade entre os dois nobres, tanto que, em 1549, quando Duarte de Lemos governou a capitania de Porto Seguro, teceu críticas e criou intrigas contra o donatário do Espírito Santo, junto ao poder real (SIMONATO, 2007, p. 52). De fato, a limitação de poderes diante da doação da sesmaria resultou em problemas com colo-

nos, fidalgos e representantes régios que estiveram na capitania (SIMONATO, 2017, p. 117).

Apesar das divergências com o donatário, Duarte de Lemos teve um importante papel na ocupação inicial do Espírito Santo, em especial no que se refere à sustentação política e econômica da capitania. Ainda assim, vetar o fidalgo foi necessário, visto que Lemos parecia concorrer com a sua autoridade.

A chegada dos portugueses à capitania foi caracterizada por intensos conflitos e alianças com os nativos. Por volta de 1549, as guerras entre os Tupiniquins e os Goitacá devastaram a Vila do Espírito Santo (Vila Velha), passando seus moradores a habitar a Ilha de Santo Antônio (Vitória). Vale ressaltar que neste ínterim Duarte de Lemos já havia deixado a sesmaria. Foi por causa daqueles e outros conflitos que o Governo-Geral foi ordenado a dar auxílio ao donatário e aos moradores da capitania, para que eles pudessem restabelecer as construções e dar continuidade ao povoamento (SIMONATO, 2007, p. 52-53).

Almeida (2019) afirma que Vasco Fernandes Coutinho procurou atrair fidalgos que pudessem auxiliá-lo no processo de conquista da terra, inclusive nomeando-os para importantes cargos na administração local. De certo modo, o donatário dependia das pessoas nobres e dos investimentos econômicos para construir edificações, defender a terra e construir moradias. Tudo isso independente do financiamento da Coroa. Por outro lado, esses nobres utilizavam as funções públicas para obter benefícios e vantagens monetárias, sobretudo nas atividades que envolvessem o comércio e a arrecadação dos impostos (ALMEIDA, 2019, p. 79). A participação desses nobres na composição dos cargos e funções públicas na capitania ocorreu por volta de fevereiro de 1550. Neste ano foram criados os cargos pelo provedor-mor, Antônio Cardoso de Barros, fomentando a formação de uma elite local. Foram nomeados os seguintes moradores da capitania: provedor e juiz da alfândega, encarregado Francisco de Vacas; feitor e almoxarife, encarregado Francisco de Oliveira (SIMONATO, 2007, p. 58). Apesar desses cargos terem

a anuência do rei de Portugal, as nomeações provocaram conflitos entre os poderes locais instituídos e o primeiro donatário.

Em 1555, as guerras entre os Tapuias e os Temiminós na região da capitania de São Vicente ocasionaram a migração destes últimos para a capitania do Espírito Santo, já que a derrota dos Temiminós resultou em um pacto político entre o donatário e os indígenas. O chefe das aldeias Temiminós, Maracaiaguaçu, conhecido como Gato Grande, procurou o auxílio dos jesuítas e do donatário para se deslocarem da capitania do Rio de Janeiro para a capitania do Espírito Santo. Desse modo, configurou-se nesta capitania um sistema de alianças políticas entre os nativos e os portugueses (CUNHA, 2015, p.205).

Essa mediação política foi realizada principalmente pelos jesuítas, que se sensibilizaram ao apelo indígena. Ao chegarem à capitania do Espírito Santo, o líder Maracaiaguaçu, a mulher e os filhos se batizaram como cristãos, formalizando a aliança político-militar<sup>6</sup>.

No batismo do filho de Maracaiaguaçu, houve uma particularidade porque esse indígena estava enfermo, qual seja, os padrinhos escolhidos pelo pai foram os homens nobres da capitania, a saber: Duarte de Lemos, Bernaldo Pimenta e André Serrão (CUNHA, 2015, p. 210). Depois da morte de Sebastião Lemos, nome adotado pelo filho de Maracaiaguaçu, o funeral foi realizado com uma mistura entre os rituais católicos e indígenas. Ademais, a conversão de Maracaiaguaçu ao cristianismo, com o nome Vasco Fernandes, propiciou a concretização da aliança político-militar entre os portugueses e os grupos indígenas.

O pacto político com os grupos indígenas aliados foi fundamental para a defesa da capitania do

Espírito Santo, como também para a defesa da capitania do Rio de Janeiro. Esta última foi alvo de ocupação francesa. E foram justamente os índios líderes das aldeias da capitania do Espírito Santo, entre eles, Maracaiaguaçu (Gato Grande) e Araribóia, que auxiliaram o governador-geral no processo de expulsão dos franceses da Baía da Guanabara e, posteriormente, na fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (SIMONATO, 2007, p. 56). Portanto, podemos entender que a aliança entre os indígenas e o donatário foi uma estratégia social e política que possibilitou uma convivência pacífica entre os portugueses e os grupos nativos e que também permitiu que esses últimos obtivessem terras para que seus descendentes pudessem viver na capitania (SIMONATO, 2007, p.134).

Vale ressaltar que, embora houvesse uma aliança entre Gato Grande e Vasco Fernandes Coutinho, também houve desentendimentos. Apesar de o indígena ter se batizado e adotado o mesmo nome do primeiro donatário, houve choques entre ambos, em especial porque Gato Grande observava incoerências entre os ensinamentos da doutrina católica e as práticas sociais dos colonos. Destarte, o indígena fazia críticas aos colonos cristãos da Vila da Vitória, visto que os mesmos não seguiam os caminhos adotados pelo cristianismo. E com esse argumento, a liderança indígena conseguiu auxílio dos jesuítas para a construção da região da Aldeia Velha.

Gato Grande afirmava que os índios se desfizeram de seus costumes, por exemplo, o de ter várias mulheres, e recorreram ao casamento para a formação de suas famílias, mas, criticava o fato de os colonos não serem bons cristãos, já que eles não seguiam esses preceitos e conviviam com diversas mulheres. A falta de harmonia na convivência com os colonos impulsionou Gato Grande a se deslocar da ilha de Santo Antônio (na Vila da Vitória) para fundar a Aldeia Velha, hoje Santa Cruz, um dos primeiros aldeamentos jesuítas na capitania. É possível que as principais queixas dos índios em relação aos colonos tiveram sua gênese nas relações travadas no mundo

do trabalho na capitania do Espírito Santo (SIMONATO, 2017, p.136). Nesse sentido, Cunha (2015) ressalta que o principal dos índios “se poz á outra banda com toda sua casa. Incomodado pelos cristãos que se comportavam como cunumis”, ou seja, como moços, lastimava-se da ausência daqueles mais velhos que lá viviam do tempo em que ali haviam chegado. Estes, os novos, desrespeitavam os acordos e induziam os índios a venderem-se a si próprios, aos filhos e outros parentes na tentativa de conseguirem repor as peças que haviam perdido com a epidemia (CUNHA, 2015, p. 216).

A chegada dos jesuítas na capitania revelou outra estratégia do processo de conquista, o pacto político entre o donatário e a Igreja. Inicialmente, encontramos o relato de Afonso Brás, em 24 de agosto de 1554, no qual ele registra que os moradores da capitania do Espírito Santo se encontravam desolados e chorosos. Ademais, o padre relatou a dificuldade de catequizar os indígenas, porque, além de haver muitos escravizados, eles também retornavam aos seus costumes antigos após o batismo (SIMONATO, 2007, p. 58). Conforme Simonato (2007), os jesuítas foram fundamentais para a criação de laços de solidariedade e formação de alianças políticas e econômicas. Além disso, os nativos contribuíam para a concretização do processo de conquista, na medida em que os confrontos interétnicos resultavam na escravização dos grupos não aliados, de modo que o processo de escravização do indígena se institucionalizou desde o início da conquista (SIMONATO, 2007, p. 58).

Há desencontros historiográficos sobre o estabelecimento desses missionários em terras capixabas. Maria Stella de Novaes sustenta haver registros datados de 1541 acerca da presença dos jesuítas, com a nomeação de João Dormudo para primeira paróquia do Espírito Santo. José Teixeira de Oliveira (2008), por sua vez, assinala haver presença dos jesuítas a partir de 1549, ano em que escalaram no porto do Espírito Santo, inclusive com registros da passagem de Leonardo Nunes e Diogo Jácome pelo período de um mês na capitania. Em 1551 há registros

da chegada na capitania de alguns jesuítas, a saber: o padre Afonso Brás e o irmão Simão Gonçalves. Eles formaram as bases de sustentação dos jesuítas no Espírito Santo. O objetivo central dos religiosos consistia na catequese dos nativos. Além disso, também coube à Igreja Católica e aos missionários o papel principal na organização das vilas e no processo educacional dos habitantes locais e dos povos indígenas. De certa maneira, a conversão dos nativos implicou a declaração da guerra justa, isto é, foi empregada força sobre os indígenas com o propósito da salvação de suas almas.

De qualquer maneira, o Espírito Santo estava propício à investida dos religiosos, como afirma o padre Antônio Pires: “es la tierra la mas abastada y mejor de toda esta costa, según dicen todos” (OLIVEIRA, 2008, p. 81). Por outro lado, o padre José de Anchieta relata que os jesuítas em Vitória tinham como ocupação:

[...] pregar, confessar, ensinar os meninos a ler e escrever, exercitar os mais ministérios do instituto com os portugueses, escravos e índios dá terra, que são muitos e os mais domésticos da costa, e ali são recebidos e fazem muito fruto (ANCHIETA apud ABREU, 1993, p. 44).

É inegável que a administração Coutinho não decepcionou quanto à catequese, na verdade “recebeu mais gente do sertão do que nenhuma outra capitania”<sup>7</sup>. Nas palavras do jesuíta Afonso Brás: “é esta terra onde ao presente estou a melhor e mais fértil de todo o Brasil. Ha nella muita caça de monte, muitos porcos montezes, e é mui abastada de pescado” (CARVALHO, 1982, p. 38).

Em geral, os jesuítas foram os construtores de diversos edifícios na capitania, destacando-se o Colégio dos Meninos de Jesus, este edifício servia para todas as necessidades filantrópicas (abrigar meninos órfãos), administrativas e religiosas. Posteriormente, esse edifício desapareceu por consequência de um

<sup>6</sup> No dia 20 de janeiro de 1558, a doença de um dos filhos do principal Maracayá-guaçu ou Grande Gato precipitou o batismo e casamento daquele, prevenindo-se assim a salvação da sua alma. A doença resultante do ferimento de uma flechada durante uma guerra coloca os guerreiros de Gato na defesa da Vila do Espírito Santo, no episódio do ataque de tribos inimigas que precedera a morte de Fernão de Sá (CUNHA, 2015, p. 210).

<sup>7</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 81.

incêndio ocorrido em 1559. Também temos a informação acerca da construção do Colégio Santiago; no entanto, não há uma data precisa, quiçá concluída em 1573. Tal colégio se tornou a referência dos jesuítas na capitania do Espírito Santo por concentrar a administração, colégio e igreja num mesmo espaço. Segundo estudiosos, o Colégio Santiago foi edificado em um local elevado da capitania, e, ao que tudo indica, como relata José Antônio de Carvalho (1982), sua construção foi coordenada pelo padre José de Anchieta. Não podemos perder de vista que há outras construções jesuítas, especialmente igrejas ao longo do litoral do Espírito Santo. Estas construções foram erguidas por causa dos aldeamentos (missões religiosas). A primeira parece ter sido construída na Ilha de Vitória pelo temiminó Maracaiguacú e depois abandonada. Ao longo do tempo foram construídas: a Aldeia de São João, em Carapina; a Aldeia de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba (Benevente, hoje Anchieta – 15 de agosto de 1579); a Aldeia dos Reis Magos, em Nova Almeida; a Aldeia Velha (hoje Santa Cruz); a Aldeia do Peixe Verde (próxima a Guarapari); a Aldeia de Araçatyba (1556); a Aldeia do Campo (norte de Nova Almeida – 1557); a Aldeia Roças Velhas (Cariacica); a Aldeia de Orobó (margem do Rio Piúma – 1580), perfazendo um total de 18 mil índios aldeados (SIMONATO, 2017, p. 64).

A fundação de tais aldeias tinha a finalidade de evangelizar as populações indígenas. No entanto, também nelas encontramos orfanatos, escolas, residências e um templo religioso. Geralmente aquelas aldeias ficavam afastadas dos “centros civilizados” (sede da capitania), porque os religiosos não toleravam intromissão de leigos em suas aldeias. Não obstante, os religiosos sempre buscaram trabalhar com mais liberdade junto aos índios; por isso, o afastamento dos centros para evitar conflitos com os portugueses. Vale ressaltar que essas aldeias empreenderam um verdadeiro povoamento na capitania do Espírito Santo, tornando-se posteriormente vilas.

Por volta de 1571, houve um grande movimento de entradas de padres jesuítas e pessoas ligadas à ad-

ministração da capitania no sertão, visando buscar indígenas para as aldeias. Em 1573 Belchior de Azeredo trouxe mais de 200 índios para as aldeias. Foi a partir dessas entradas que o Espírito Santo se tornou o principal campo missionário da colônia no final do século (SALETO, 1998, p. 96). Por outro lado, os religiosos empreenderam um modelo de exploração econômica constituído pelas fazendas, erguendo um amplo patrimônio econômico no Espírito Santo, precipuamente no âmbito da agricultura e pecuária. Conforme Balestrero (1979, p. 66), havia quatro principais fazendas: Muribeca, Itapoca, Araçatiba e Carapina.

A fazenda de Muribeca era o centro de todas as atividades rurais da Companhia de Jesus no Espírito Santo. Ela estava situada à beira-mar no território hoje pertencente ao município de Itapemirim e chegou a possuir cerca de duas mil cabeças de gado, enquanto a fazenda de Itapoca, fundada no século XVIII, estava nos terrenos hoje pertencentes aos municípios de Viana e Cariacica, às margens do rio Formath. Era descendo por este rio, que os jesuítas alcançavam o rio Jucu, através do canal do marinho, e dali para Vitória, transportando gêneros agrícolas (BALESTRERO, 1979, p.67). Essa fazenda é destinada ao cultivo de legumes, e grande foi sua contribuição para o suprimento completo e absoluto da catequese, especialmente no colégio de Santiago (BALESTRERO, 1979, p. 67). A fazenda Araçatiba, por sua vez, foi fundada por Brás Lourenço, em 1556. Ela se tornou a maior fazenda da costa brasileira, contando com 852 serviçais (entre negros e índios) no trabalho agrícola e na criação de gado. Não obstante, ela se estendia até a Barra do Jucu e Ponta da Fruta (Vila Velha); Campo Grande (Cariacica). E por fim, a fazenda de Carapina que estava destinada à policultura. Os limites dessa fazenda começavam na Barra do Rio da Passagem, em Maruípe, e se estendia até a ponta de Camburi.

Não há dúvidas de que a escravidão indígena se encontrava institucionalizada na capitania e de que a exploração da mão de obra de certa maneira era mediada pelos padres jesuítas. Cabe mencionar que os grupos rivais dos indígenas aliados eram geralmente

escravizados. Ademais, os religiosos exerceram um papel fundamental tanto na criação de laços de solidariedade, como na formação de alianças que contribuíram para a concretização do processo de conquista e para a atuação nos confrontos e conflitos que envolviam a escravização do índio. Logo, conclui-se que a atuação desses religiosos foi fundamental para o pacto político, entre os agentes políticos da conquista e os grupos nativos (SIMONATO, 2007, p. 58). Se por um lado, a conversão dos nativos se tornou o fundamento das missões jesuítas; de outro, ela também se revelou desafiadora, porque alguns indígenas batizados persistiam em fugir para o interior das matas e retornar à prática dos seus hábitos ancestrais. Em contraposição às questões relativas à conversão dos nativos, aos escravos indígenas a conversão a fé cristã era um hábito diário (CUNHA, 2015, p.124-126).

Desse modo, a estratégia utilizada pelo primeiro donatário e os nobres da terra foi manter uma aliança com os jesuítas, doando à igreja alguns terrenos para construções religiosas (CUNHA, 2015, p.128).

Em geral, a administração de Vasco Fernandes Coutinho foi caracterizada por grandes instabilidades. Isso implicou diversos confrontos e desentendimentos com os governadores-gerais, especialmente o governador Mem de Sá (1558-1572). Há diversos relatos desses governadores que indicam a entrega de corpo e alma do donatário à administração. Por volta de 1550, havia denúncias contra a sua administração, feitas por Duarte de Lemos, que governava a capitania doada a Pero Campo Tourinho. Tais declarações foram levadas ao soberano português, no sentido de gerar intrigas contra o donatário. Em suas acusações, Duarte de Lemos relatava que Coutinho teria deixado a capitania do Espírito Santo com o propósito de ir à França para restaurar seus gastos financeiros realizados na mesma capitania.

De acordo com a transcrição:

[...] Senhor, V. A. saberá como Vasco Fernandes Coutinho veyo ter a este Porto Seguro e ffoy sorgir junto da nao a Santa Cruz ffazenda do Duque dAveiro

que he desta Villa duas llogos omde estava a nao de V. A. á carga de brazill dizemdo que se queria yr nella ao reyno e estarya hy oyto dias eu ho ffuy ver e lhe pedi e requery da parte de V. A. que não llevase hunos omziados que ho ouvidor gerall predeio nos Ilheus que ffogirão da cadeia os quaies estavam prezos porllançarem x ou xb ou xx allmas nos pitiguares em terra e as darem a comer aos lmdios e depois se allevamtaram com ho navyo e lhe trazerem suas ffazendas roubadas e elles mortos e assy hum ffranses per nome Formão que veyo narmada de V. A. degradado pera sempre por ladrão do mar co-sairo como Francisco do Camto que vay por capitão desa nao mais largamente dirá a V. A. e como elle lleva mao preposito segundo emforrações que eu tenho não deu por nada mas antes os llevou todos e mais se mais achara e os que leva comsiguo são lladrões e desorelhados e degradados pera esta terra por onde creio que não lleva bom preposito como hum Antonio Vaz que esta no Ryo dos Ilheos na ffazenda de Fernam dAlvares da Casa da India mais llargamente sabe e asy hum Roque Martins que qua está na sua capitania e outro que era mestre de hum navio em que elle vay por serem cometidos e o mestre se deixou ffiguar em terra nesta capitania por não segir a Rota que Vasco Fernandes lleva que he yr se a França a se restaurar se de seus gastos que tem feitos na sua capitania, dizendo que asy ho ade fazer pois lhe V. A. quebra suas doações e a sua capitania deixou e entregou ao ouvidor gerall ho que dá mais com a ser verdade seu caminho e mao preposito (Carta de DUARTE DE LEMOS escrita de Porto-Seguro a D. João III [catorze de julho de 1550] apud OLIVEIRA, 2008, p. 70-71).

Também o governador-geral Tomé de Souza ao referir-se à administração do donatário, ressalta:

[...] O Espirito Santo he a melhor capitania e mais abastada que ha nesta costa mas está tam perdida como o capitão della qué Vasco Fernandez Coutinho eu o provy o melhor que pude mas V. A. deve man-

dar capitão ou Vasquo Fernandez que se venha pera ella e ysto com brevidade” (Carta de Tomé de Sousa: primeiro de junho de 1553). – Documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo (gaveta 18, m. 8, n.º 8; apud OLIVEIRA, 2008, p.71-72).

Diante da ausência do donatário na capitania, aumentou-se a desconfiança em sua administração. Ao que tudo indica, ele parecia estar em Portugal em busca de empréstimos. Quando voltou ao Brasil, foi excomungado pelo bispo Pero Fernandes, em Pernambuco, em virtude “de mistura com homens baixos por beber fumo”<sup>8</sup>. Este episódio foi relatado pelo governador-geral Duarte Coelho:

[...] Vasco Fernandez Coutinho chegou aqui velho pobre e cansado, bem injuriado do bispo, porque em Pernambuco lhe tolheo cadeira despaldar na igreja e apregoou por escomungado de mistura com homens baixos por beber fumo segundo mo ele dise, eu o agaselhei em minha casa e com minha fazenda lhe socorri a sua pobreza pera se poder ir pera o Espírito Santo e o bispo o agasalhou com dizer no pulpito cousas delle tam descortesas estando elle presente que o puseram em condiçam de se perder do que eu o desviei e hei vergonha de declarar o que lhe disse e por lhe defender a elle o fumo sem o qual nam tem vida segundo elle diz o defendeu nesta cidade com excomunhões e grandes penas dizendo que era rito gentilico sendo hũa mezinha que nesta terra sarava os homens e as alimarias de muitas doenças e que parece que nom devia de defender (Documento pertencente ao Arquivo da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, I, 95, 70; apud OLIVEIRA, 2008, p. 73).

Conforme Simonato (2007), esse evento provocou um desgaste na imagem do donatário (SIMONATO, 2007, p.127).

Todavia, um intenso embate entre os colonos e os Tapuia ocorreu em 1557. Neste ano o Capitão dona-

tário solicitou o envio de reforço militar ao governador-geral Mem de Sá. Em resposta, ele enviou o seu filho à capitania Espírito Santo. Navegando pelo Rio Cricaré (atual município de São Mateus), Fernão de Sá encontrou com grupos indígenas e decidiu atacá-los. A consequência dessa batalha foi, segundo registro do Irmão Antônio Blasquez, a morte do filho do governador-geral<sup>9</sup> (SIMONATO, 2007, p. 55). Esse evento pode ter implicado em revanchismo do governador em relação ao capitão-donatário do Espírito Santo. Fernão de Sá foi enviado pelo pai com o propósito de acudir à situação preocupante de Vasco Coutinho e aos companheiros, o destino da expedição militar seria as vilas do Espírito Santo e Vitória, como explica a passagem: “e por me não deixar os moradores yr em pessoa” – continua o governador-geral – “mamdei a fernão de saa meu filho com sejs vellas e perto de dozentos homens” (OLIVEIRA, 2008, p. 90). No entanto, por iniciativa dos reforços que entraram em Porto Seguro, observaram a oportunidade de combater os aguerridos índios, provavelmente tupiniquins, que residiam ao longo do vale e que costumavam assolar os cristãos (CUNHA, 2015, p. 183). Com efeito, no decorrer do vale seguiram até duas aldeias fortificadas onde obtiveram a vitória através da morte e prisão

<sup>9</sup> Conforme Cunha (2015), poucos dias após a tomada de posse de Mem de Sá como terceiro governador-geral, recebeu este um pedido de socorro de Vasco Fernandes Coutinho. O capitão donatário escreveu-lhe a dizer “como estaua ho gentjo da sua capitania allevntado e lhe fazião guerra”. A povoação onde se encontrava o donatário fora sitiada, havia gente ferida e morta pelo lado português, e corria-se o risco de virem a ser comidos pelos inimigos, caso capitulassem antes da chegada do auxílio. O pedido de socorro do donatário, sem indicações quantitativas relativamente à ordem de grandeza ou poder dos atacantes, contém apenas indicadores qualitativos e não deixa entrever, portanto, a magnitude ou a extensão do perigo, mesmo comparativamente a outros ataques no Espírito Santo ou em outras capitanias. Ao contrário, os indicadores da resposta preparada pelo governador são mais precisos, mas não conseguem cobrir o que na realidade aconteceu. Mem de Sá respondeu com o envio de uma força de quase duzentos homens, entre eles o sobrinho Baltazar de Sá, capitaneados pelo filho Fernão de Sá, e seis navios, entre os quais uns caravelões, que partiu de Salvador no início do mês de janeiro de 58, a que se juntaram reforços na Vila de Porto Seguro. Informados da existência dum forte núcleo indígena contrário nas margens do rio Cricaré, atual rio São Mateus, próximo da fronteira com a capitania de Porto Seguro, para ali se dirigiram” (CUNHA, 2015, p.182-183).

de parte dos gentios. Em seguida, Fernão de Sá parou em uma terceira aldeia fortificada, onde acabou morrendo em combate (CUNHA, 2015, p. 184).

Sobre a batalha no Vale do Rio Cricaré, segue a descrição:

[...] Brás do Amaral informa que, em companhia de Fernão de Sá, vieram os capitães Diogo Álvares e Gaspar Barbosa, que participaram voluntariamente da missão: “em chegmdo a capitania do espirito santo emtrou por comselho dos que comsiguo leuaua pello Rjo de cicaree e foi dar em tres fortallezas muito fortes que se chamaão marerique donde o gentio fazia e tinha feito muito dano e mortos muitos cristãos as quajs Rendeo com morte de muito gentio e elle [Fernão de Sá] moreo ally pellejando (OLIVEIRA, 2008, p.90).

[...] fueron a dar donde no los mandavan, y todavía rendieron dos cercas donde mataron mucha gentilidad y prendieron muchos yndios. Con este buen successo, queriendo el Capitão seguir la victoria, dió en la tercera cerca donde se acabava todo de vencer. En ésta lo dexaron todos los suyos con solos diez hombres a pelear, y se acogeron a los navios, unos por curar algunas heridas de poco momento, otros por recadar sus pressas que ellos más desseavan. Estos diez con su Capitán pelearon tan bien, que tenían ya la cerca rendida sy Le acudieran con dos ollas de pólvora que nunca se las quisieron llevar, hasta que los Yndios conocieron que eran tan pocos, con lo qual cobraron ánimo y cargaron sobre ellos y hizieronlos venir recogiendo hasta los navios. Y quiso La desaventura que les avían tirado los navíos y barquos donde los dexara, que fué otro desatino nunca oydo; y allí en la playa pelaron un gran rato aguardando socorro de los navios, y al cabo nunca les vino; y allí mataron al Capitán hijo del Governador con cinco, porque los otros salváron-se a nado (OLIVEIRA, 2008, p. 90).

Depois daquela batalha, o grupo se dirigiu para

a vila onde se encontrava Vasco Fernandes Coutinho, com o propósito de auxiliá-lo. O saldo do confronto foi a vitória portuguesa sobre os nativos. Consoante Rocha (1977, p.33), conta-se que Mem de Sá, ressentido com a morte do filho, não quis receber a expedição, e diz Anchieta que o governador “escondeu no nobre coração a imensa desgraça”. De acordo com Simonato (2007), após combater os índios, o governador-geral escreveu ao rei, narrando a situação da capitania. Na carta, esclareceu que o donatário não possuía mais recursos financeiros para incentivar o processo de conquista, além de encontrar-se velho para o desempenho das atividades militares. Sugeriu que outro fidalgo fosse enviado para substituí-lo. Segundo Oliveira (2008), a correspondência descreve: “O perigo que esta terra agora pode ter hee ter capitão tão velho e pobre e nisto vera Vossa Alteza que os armadores são os nervos do brasil / e a capitania que os não tiver senão podera sustentar” (OLIVEIRA, 2008, p. 93); (SIMONATO, 2007, p. 61).

E continua:

[...] Parece-me que Vossa Alteza devia de tomar esta terra a Vasco Fernandez e logo mandar a san tome [?] e dar aos homens ricos que para Ca querem vir as omras que pedem e embarcação e mandar alguns a esta capitania / outros ao espirito santo e conceder privilegios de novo inda que estem jaa no foral aos que ca quiserem vir” (OLIVEIRA, 2008, p. 93).

Também encontramos a carta endereçada de Vasco Fernandes Coutinho a Mem de Sá, na qual ele comunica a sua viagem a Portugal:

[...] Senhor. – É a minha obrigação tanta, em que lhe são pela mercê que me fez e no socorro que me mandou, dado caso que sua pessoa e quem elle é e pera o que era obrigado a fazer o que fez e fora eu assim doente e aleijado como estava me embarquei ao vir visitar e beijar as maos [sic] e com o mao tempo e ma vida do barco, já quando aqui cheguei, foi dita chegar vivo da maneira que vim pela qual rezão e

<sup>8</sup> OLIVEIRA, 2008, p. 73

minha doença não vou, logo falo se se Nosso Senhor me der ajuda e um pouco de saúde para isso, para lhe dar conta de mim e assim da terra como fica, Nosso Senhor seja louvado despejada dos inimigos e em termos melhores do que nunca esteve, do que Vossa Senhoria deve de ter muito gosto pois que por sua indústria e ajuda depois de Deus pode dizer que salvou aquela gente do muito risco e perigo em que estávamos e ganhou aquela terra ainda que lhe custasse tanto e depois delle eu fui o mofino em Ella custar tanto não se pode nisto fallar porque é cousa tam nova tão fora de estilo e de rezão o por parte succedeu tamanho mal que se não poderá fallar (Carta de Vasco Fernandes Coutinho a Mem de Sá, de vinte e dois de maio de 1558 apud OLIVEIRA, 2008, p. 94).

Nesta carta, Coutinho expressa abertamente que desejava se desfazer das terras, em seguida o próprio renunciou ao governo da capitania em favor da Coroa. Em seu lugar foi nomeado Belchior Azeredo<sup>10</sup> como capitão do senhorio. Desse modo, a carta de Mem de Sá elucida o evento ao rei acerca da renúncia de Vasco Coutinho:

<sup>10</sup> Segundo os relatos da época, o heroísmo e a bravura de Belchior de Azeredo foram fundamentais para a expulsão dos franceses e dos tamoios da Baía da Guanabara. Ao lado de Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, governador-geral do Brasil, o capitão-mor teria tido atuação brilhante e decisiva para libertar a terra onde seria fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: Funcionário, homem de justiça, e administrador, [Belchior de Azeredo] portou-se à altura dos grandes capitães que a colônia conhece (ALMEIDA, 2019, p. 84). Simonato (2007) relata que o Capitão Belchior de Azeredo era um dos homens bons que compuseram a Câmara da Vila da Victória. E, dessa forma, como registrado por Vasco Fernandes Coutinho, em correspondência datada de 22 de maio de 1558, ao governador-geral, Mem de Sá, o capitão Belchior de Azeredo era um dos camaristas que fez oposição política à administração do primeiro donatário. O governador-geral, em 3 de agosto de 1560, relatou: “aos juizes, vereadores e ao povo dessa capitania”, que Vasco Fernandes Coutinho renunciava, não à posse da donatária, como já asseverado pela historiografia, mas ao cargo de capitão. Na correspondência, Mem de Sá o denomina “cavaleiro da casa del rei”, referindo-se aos serviços que Belchior de Azeredo iria prestar à monarquia portuguesa. O documento registra um discurso de nobreza, imputando a Belchior de Azeredo a representação de um bom vassalo, “por confiar dele em tudo o que encarregar o serviço de Sua Alteza”, reafirmando que “o fará bem e, fielmente, e como deve”, por “ser elegido pelo povo, e mais vozes”. Assim, subentendia-se que o primeiro donatário, ao contrário, portara-se como mal vassalo (SIMONATO, 2007, p. 145).

[...] Mem de Sá, do conselho d'el-rei Nosso Senhor, capitão da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, e governador-geral em todas as capitanias e terras de toda a costa do Brasil pelo dito senhor. Faço saber aos juizes, vereadores e povo desta capitania do Espírito Santo, que vindo eu correr a costa, Vasco Fernandes Coutinho, capitão e governador que era dela, a renunciou em Sua Alteza, e eu em nome do dito Senhor a aceitei, e em seu nome faço capitão dela a Belchior de Azeredo cavaleiro da casa d'el-rei Nosso Senhor, por ser elegido pelo povo, e as mais vozes, e por confiar dele em tudo o que encarregar do serviço de Sua Alteza, o fará bem, e fielmente, e como deve, e ele poderá usar de todos os poderes e jurisdições que Vasco Fernandes Coutinho tinha, e usará por bem de suas doações, e haverá todos os prós e percalços ao dito ofício ordenados, enquanto servir o dito cargo, que será até Sua Alteza prover, e a mim me parecer seu serviço, e ele haverá juramento em câmara, para que seja metido de posse do dito cargo, sobre os Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente servirá o dito cargo, guardando em tudo o serviço de Deus, e de Sua Alteza, o direito das partes, de que se fará assento nas costas desta, e será registada no livro da dita câmara, onde se fará outro do termo do dito juramento, que o dito Belchior de Azeredo assinará. Pelo que vos mando que obedeçais em tudo e por tudo o que vos por ele for mandado, como capitão que é. Cumpri-o assim. – Dado nesta vila de Nossa Senhora da Vitória, sob meu sinal e selo das suas armas. – Hoje três de agosto de 1560. Antônio Serrão a fez. – Mem de Sá” (OLIVEIRA, 2008, p. 102).

A partir desses relatos citados, concluímos que o desgaste da administração de Coutinho foi ocasionado pelos desentendimentos com o governador-geral Mem de Sá, como também pelo processo de conquista, já que se tratava de um empreendimento com recursos próprios.

Outro episódio decorrido no processo da conquista da capitania do Espírito Santo foi o conflito

entre os colonos e o primeiro donatário, em razão da escravização dos indígenas. Vasco Fernandes Coutinho relatou este problema a Mem de Sá, de acordo com o primeiro donatário, os camaristas da Vila da Victória sublevavam o indígena, ao empreenderem expedições para aprisioná-los como escravos (SIMONATO, 2017, p. 119). Esse evento foi causado, porque os moradores desejavam ter direito à exploração do sertão, especialmente a exploração sobre a mão de obra indígena. No entanto, o donatário impôs o seu direito como capitão da terra, provavelmente não permitindo a escravização. Apesar das tentativas de se constituir um pacto entre os poderes, o dissídio não foi solucionado. Em virtude disso, tanto Vasco Fernandes Coutinho quanto a Câmara recorreram ao governador-geral do Brasil (ALMEIDA, 2019, p. 72); (SANTOS, 2014, p. 48). Esse episódio evidencia que a Câmara Municipal disputou os poderes locais com o donatário. Apesar de ele ser a maior autoridade judicial em sua capitania, os juizes, oficiais e vereadores eleitos que compuseram a Câmara da Vila conseguiram impor seus interesses particulares acima da autoridade do próprio capitão-donatário, em algumas situações.

Havia alguns descontentamentos dos moradores da capitania com o primeiro donatário por causa de suas ações. Vasco Coutinho, segundo informam os relatos, teria convocado os moradores da vila para discursar. De acordo com os mesmos relatos, o donatário empreendeu um discurso que parecia estar imbuído de bons sentimentos. Dessa forma, para comprovar sua atitude de mudança, pedira perdão aos colonos, dizendo-lhes que, se os tivesse prejudicado, comprometia-se em reparar os danos causados, prometendo, dali em diante, encontrar-se bem com todos (SIMONATO, 2017, p. 127).

Não obstante, há indícios que as disputas políticas internas pela administração da capitania foram solucionadas pelas relações matrimoniais entre a família Coutinho e a família Azeredo. Essa aliança foi fundamental para a formação da elite colonial, ou seja, uma nobreza da terra que exerceu o contro-

le administrativo local, especialmente para o êxito do processo de conquistas não apenas política, mas também economicamente, sendo um dos exemplos desse êxito o controle da produção de açúcar sob o comando dos irmãos Marcos e Miguel de Azeredo, proprietários de engenhos na capitania. A união da família Azeredo, de origem judaico-cristã, com a família do primeiro donatário do Espírito Santo possibilitou a essa família a patrimonialização dos cargos públicos e o maior alcance aos benefícios político-econômicos (ALMEIDA, 2019, p. 80). Marcos e Miguel de Azeredo eram sobrinhos de Belchior de Azeredo. O primeiro, casou-se com Dona Maria Coutinho de Melo, irmã de Vasco Fernandes Coutinho (Filho), assumindo, inclusive, cargos administrativos, como de adjunto e provedor-mor, durante o período que sucedeu a morte do segundo donatário (SIMONATO, 2007, p. 128).

### Considerações finais

A tarefa do pesquisador que se dedica ao estudo sobre a história regional do Espírito Santo é repensar a concepção e o discurso de inferioridade que fundamentaram a sua constituição. Esta concepção ainda se mantém como paradigma adotado por alguns membros da sociedade política e civil.

É pelo método empírico que o cientista social investiga o modo como o nosso estado ajudou a construir a história nacional. Por isso, concordamos com o estudioso Luís Cláudio M. Ribeiro (2012), quando ele afirma que a nossa história foi construída numa concepção negativa, sem suficiente comprovação (RIBEIRO, 2012, p. 171-172). Dessa maneira, entender o processo de conquista portuguesa na capitania do Espírito Santo é fundamental para desfazer essa visão negativa e trazer luz a novos debates sobre a história regional.

Iniciamos esse artigo com uma pergunta: qual a dinâmica política estabelecida entre o donatário Vasco Fernandes Coutinho e os diversos grupos sociopolíticos presentes na capitania, nos primeiros

anos do processo de conquista? Para sustentar nossa argumentação, partimos dos conceitos de monarquia corporativa e pluricontinental adotados pelos pesquisadores Antônio Manuel Hespanha, João Fragoso e Nuno Gonçalves Monteiro, entre outros. Portanto, nossa investigação buscou em novos trabalhos acerca da historiografia regional, a partir da leitura desses conceitos, elementos capazes de explicar o objeto-problema.

Com base nesses conceitos, concluímos que Vasco Fernandes Coutinho, ao receber as terras na América portuguesa, precisou criar um pacto político entre os diversos grupos sociopolíticos presentes no início da conquista. Por causa disso, o primeiro donatário procurou atrair fidalgos, com o objetivo de que eles o ajudassem por meio de auxílio econômico e militar no processo de conquista de novas terras. Ademais, a presença dos jesuítas nessas terras propiciou alianças com os grupos nativos, e estes, por sua vez, aliaram-se aos conquistadores. Esse pacto com os indígenas permitiu ao donatário construir uma defesa militar, impedindo as invasões estrangeiras; por outro lado, os nativos puderam usufruir de certa liberdade, constituindo autogovernos nas aldeias, porém, às vezes, sob orientação dos jesuítas.

Apesar dos problemas enfrentados por Vasco Fernandes Coutinho, principalmente com os moradores da Vila de Vitória e com a nobreza da terra representada pela mesma câmara, o primeiro donatário conseguiu empreender o processo de conquista das novas terras, desmistificando a visão da historiografia tradicional de incompetência administrativa.

Enfatizando a pobreza do primeiro donatário do Espírito Santo, o pesquisador Faoro (2012), citando Frei Vicente Salvador, equivoca-se, porque, quando observamos atentamente o testamento deixado pelo filho de Vasco Fernandes Coutinho, constatamos que a primeira família donatária tinha propriedades e riquezas. Por exemplo, Vasco Fernandes Coutinho (filho) afirmava deter 14 ou 15 peças de escravos da terra, também tinha para receber rendimentos da venda do engenho Taquary, fazendas

e heranças<sup>11</sup>. Além das informações do testamento do segundo donatário, também temos a informação do documento de traslado, datado de 1782, em que foram copiados o termo de doação das terras onde seria construído o Convento de Nossa Senhora da Penha, na Vila do Espírito Santo, atualmente Vila Velha. Nesse documento é relatado que o sítio de Nossa Senhora da Penha foi doado com anuência das câmaras municipais de Vitória e Espírito Santo (Vila Velha), bem como da governadora Luiza Grinalda. Supomos que esse sítio estava sob administração da família Coutinho<sup>12</sup>.

Diante do exposto, precisamos compreender que a história regional ainda necessita de novas pesquisas, com o propósito de repensarmos o estigma negativo do nosso passado e de desmistificar equívocos construídos pela historiografia tradicional.

### Referências

- ABREU, Carol. O desejo de conquista. In: VASCONCELOS, J. (org.). **Vitória: Trajetórias de uma cidade**. Vitória: IHGES, 1993, p. 41-60.
- ALMEIDA, Wanderson Santos de. **Gente da terra: relações de poder na capitania do Espírito Santo (séculos XVI e XVII)**. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- BALESTRERO, Heribaldo L. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**. Viana: PMV, 1979.
- CARVALHO, José Antônio. **O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.
- CUNHA, Maria José dos Santos. **Os Jesuítas no Espírito Santo (1549-1579)**. Contactos, Confrontos e Encontros. 334f. Tese (Doutorado em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais) - Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais Especialidade: Cultura, Política e Sociedade, Universidade de Évora, Évora, 2015.

11 Testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, em Lisboa, 19 de abril de 1573. Códice 44, XIV, 6, folha 68, Arquivo Real de Ajuda, Lisboa, Portugal. Ver Espírito Santo: *Documentos Coloniais. Série Documentos Capixabas, Governo do Estado do Espírito Santo*: Secretaria de Planejamento. Fundação Jones dos Santos Neves. Agosto de 1978, pp. 26-37.

12 BN. Traslado da doação do sítio de Nossa Senhora da Penha, aos religiosos da custódia de Santo Antônio, para edificação de um convento, em dezembro de 1591 Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1482623/mss1482623.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1482623/mss1482623.pdf). Acesso 01 de agosto de 2021.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. v.1 São Paulo: Editora Globo, 2012.

FRAGOSO, J. "Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa", in: FRAGOSO, J e MONTEIRO, Nuno G. (orgs.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 49-99.

FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In FRAGOSO, João [et al.] (Org.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória/Lisboa: Edufes/EECT, 2006. p. 25-72.

FRAGOSO, João, "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 29-71.

HESPANHA, António M. "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes", in: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 163-188.

HESPANHA, António M., "O poder preeminente", in: HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan: Instituições e poder político*. Portugal: Século XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p. 472-522.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **Textos de história militar do Espírito Santo**. Vitória: Grafytusa, 2008. 3 v. (Coleção João Bonito Moreira).

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: FEES, SD.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. Ed. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008, 670 p. (Coleção Canaã; 8).

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. "Modos de ver (1534-1643): o governo do Espírito Santo na sua primeira centúria", in: BITTENCOURT, Gabriel & RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória: Secult, 2012. p. 171-199.

ROCHA, Levy. **De Vasco Coutinho aos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Revista Continente Editorial, 1977.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. 102 p. (Canaã; v.4).

SANTOS, Estilague Ferreira dos. **História da Câmara Municipal de Vitória: os atos e as atas / Vitória, ES: Câmara Municipal de Vitória, 2014. 540p. (V. 1 - A trajetória de uma das primeiras câmaras do Brasil)**.

SILVA, Alberto da Costa e. Do Índico ao Atlântico. In FRAGOSO, João [et al.] (Org.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória/Lisboa: Edufes/EECT, 2006. p. 13-24.

SIMONATO, Juliana Sabino. **A capitania do Espírito Santo sob a égide dos Filipes: escravidão, comércio de escravos e dinâmicas de mestiçagens (1580-1640)**. 332 f. Teses (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

